

Ano XX nº 5938 – 16 novembro de 2018

Caixa tem lucro recorde nos nove meses de 2018

A Caixa Econômica Federal obteve um Lucro Líquido recorde de R\$ 11,5 bilhões nos nove primeiros meses de 2018, com um expressivo crescimento de 83,7% em doze meses e 38,9% no trimestre e rentabilidade (Retorno sobre o Patrimônio Líquido- ROE) de 18,1%, segundo análise elaborada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

O resultado também se deve, à expressiva redução de R\$ 18,6 bilhões (ou 36,9%) das Despesas com Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PDD), na comparação com setembro de 2017.

As despesas com pessoal caíram 1,0% em doze meses, totalizando R\$ 17,4 bilhões (incluindo o pagamento da PLR – sem contar com esse pagamento, as despesas de pessoal apresentaram queda de 7,1%). Já as receitas com prestação de serviços e renda das tarifas bancárias, ao final do 3º trimestre de 2018, totalizaram R\$ 20,1 bilhões, com alta de 8,7%. Na prática, porém, observa-se a busca por uma rentabilidade cada vez maior em detrimento do papel social do banco, em um claro abandono da premissa antes adotada, de se manter como “o banco das menores taxas”.

Em doze meses, a Caixa fechou 1.352 postos de trabalho por meio, principalmente, do Plano de Apoio à Aposentadoria (PAA) e do Programa de Desligamento Voluntário Extraordinário (PDVE). Destaca-se, também, o fechamento de 57 agências/postos de atendimento no período. Esses fechamentos não se justificam, já que a sua base de clientes ampliou em 4,2 milhões, o que aponta para uma significativa sobrecarga de trabalho sobre aqueles que permanecem no banco, que pode se agravar, diante da perspectiva de uma nova reestruturação, que vem sendo anunciada.

Bancos sinalizam aproximação com novo governo

As organizações financeiras já sinalizam a aproximação ainda maior com o novo governo assim que o presidente eleito tomar posse em janeiro. A Federação Brasileira de Bancos pretende apresentar propostas para reduzir as taxas de juros de empréstimos.

A intenção é incluir a reformulação da lei de falências e a redução dos serviços obrigatórios de cartórios que elevam os custos de crédito. Foi o que afirmou o presidente-executivo do Bradesco, Octavio de Lazari, em um momento que o Banco Central procura formas de cortar as taxas de juros ao consumidor. Em média, são 260% ao ano para linhas de crédito rotativo, que é comparado a 6,5% da taxa Selic de referência do país. Mas, a preocupação dos bancos não é com os clientes. O lucro em primeiro lugar. A expectativa de Lazari é que a carteira de empréstimos cresça em um ritmo mais rápido em 2019 do que este ano.

A modalidade no caso dos corporativos deve crescer perto de 10% no próximo ano e as taxas no crédito para pessoas físicas devem ficar ainda mais altas.

Mesmo com lucro de R\$ 15,734 bilhões de janeiro a setembro, o Bradesco quer fechar 150 agências neste ano e outras 150 agências em 2019. Dos 24 milhões de correntistas da empresa, o banco apenas digital tem 500 mil clientes.



Descaso com a saúde pública fica evidente no Brasil

Levantamento do CFM (Conselho Federal de Medicina) revela o que todo brasileiro sente diariamente, caso precise de assistência médica pública. O estudo aponta que o Brasil gasta apenas R\$ 1.271,00 por dia com a saúde de cada habitante em 2017. Mais de 207 milhões de pessoas.

O valor inclui ações e serviços prestados pelo governo em três níveis de gestão – federal, estadual e municipal. Apesar da média anual, outros 26 estados apresentam valores diferentes, que vão de R\$ 707,67 no Pará, a R\$ 1.771,13 em Roraima. Mato Grosso do Sul (R\$ 1.496,13), Tocantins (R\$ 1.489,18) e Acre (R\$ 1.306,91) foram os que registraram média superior à nacional.

O medidor inflacionário aponta que a perda de gasto anual chega a 42%. Caso o governo se preocupasse em repor a inflação dos investimentos de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Anual, o gasto anual por pessoa no ano passado teria sido ampliado para R\$ 1.800,00.

A negligência e o descaso são nítidos com a saúde dos mais pobres. Sem contar o teto de gastos que limita o aumento de investimentos em saúde pública por 20 anos que, por sinal, precisa ser revisto urgentemente ou levará ao genocídio das camadas mais necessitadas da sociedade.